



United Nations

Department of
Economic and
Social Affairs

Secretariado da Comissão para
as Políticas de Desenvolvimento
(CDP)



Estratégia de Transição Suave

NOTA ORIENTADORA



UN-OHRLS

Este projecto foi possível graças ao generoso contributo do Governo de Portugal.

Isenção de Responsabilidade

As opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões e políticas das Nações Unidas. O termo “país” conforme usado no texto também se refere, conforme apropriado, a territórios ou áreas. As designações de grupos de países são destinadas apenas para conveniência estatística ou analítica e não expressam necessariamente um julgamento sobre o estágio de desenvolvimento alcançado por um determinado país ou área no processo de desenvolvimento. Todas as dúvidas devem ser enviadas para: CDP@un.org

Dados de Contacto

Mr. Roland Mollerus, Secretário do Comité para as Políticas de Desenvolvimento das Nações Unidas (CDP) e Coordenador de Capacidade de Desenvolvimento, da Secção de Políticas de Desenvolvimento da Divisão de Análise e Política Económica, do DESA.

Email: mollerus@un.org; Telefone: +1 (212) 963 4752.

Índice

Agradecimentos

Siglas

Introdução

Secção 1

ABORDAGEM E PROCESSO STS

Secção 2

IMPACTOS DA GRADUAÇÃO E
MEDIDAS DE TRANSIÇÃO SUAVE

Secção 3

MEDIDAS DE TRANSIÇÃO SUAVE PRIORIZADAS
E MODALIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO

Secção 4

MAPA DE PROGRESSO STS

Anexos

Agradecimentos

Este modelo de Estratégia de Transição Suave (STS) e nota orientadora foram produzidos pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) e preparado pelo Secretariado da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento (CDP) da Secção de Políticas para o Desenvolvimento do UNDESA. As experiências dos países em fase de graduação que prepararam as suas estratégias de transição suave, em particular Vanuatu, enriqueceram várias secções desta nota orientadora. Opiniões de peritos, incluindo as da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento (CDP) da ONU, do Gabinete do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (OHRLLS) e da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) também são reconhecidas. De igual modo, reconhecemos a contribuição de Daniel Gay.

Siglas

AfT / AaC	Ajuda ao Comércio
CDP / PDC	Comité para as Políticas de Desenvolvimento das Nações Unidas
CSO / OSC	Organizações da Sociedade Civil
DFAT	Departamento Australiano de Negócios Estrangeiros e Comércio
DFQF	Contingentes pautais de direito nulo
DTIS	Estudo Diagnóstico de Integração do Comércio
ECOSOC	Conselho Social e Económico
EIF	Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio aos Países Menos Desenvolvidos
EU / UE	União Europeia
GDP / PIB	Produto Interno Bruto
IATF	Equipa de Missão Interagências para a Graduação dos Países Menos Desenvolvidos
LDC / PMD	País Menos Desenvolvido
LDC-IV	Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos
LDC-V	Quinta Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos
NCC	Comissão Coordenadora Nacional do Governo de Vanuatu
NGOs / ONGs	Organizações Não-Governamentais
ODI	Instituto de Desenvolvimento Ultramarino
OECD / OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos
OECD-DAC	OCDE - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
UN-OHRLLS	Gabinete do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
SDG / ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
STS	Estratégia de Transição Suave
STIA	Avaliação Científica, Tecnológica e de Inovação
UN / NU	Nações Unidas
UNCTAD / CNUCED	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNDESA	Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas
WTO / OMC	Organização Mundial do Comércio

Introdução

Uma estratégia de transição suave (STS) preparada por um País Menos Desenvolvido (LDC/PMD) em processo de graduação, em cooperação com parceiros comerciais e de desenvolvimento, juntamente com assistência especializada do sistema das Nações Unidas (ONU) é uma recomendação da Assembleia Geral. Entende-se como a base para uma transição de sucesso, assegurando que a cessação gradual dos apoios prestados aos PMD não perturbe o desenvolvimento de um país. A Assembleia Geral sugere que a STS nacional inclua um conjunto exaustivo e coerente de medidas específicas e previsíveis alinhadas com as prioridades do país em graduação, levando simultaneamente em conta os seus pontos fortes, vulnerabilidades e desafios estruturais específicos e deve ser implementada como parte da sua estratégia global de desenvolvimento. Ajudará um país em graduação a preparar-se e singrar no contexto da pós-graduação, mantendo a sua trajetória de desenvolvimento na busca dos objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável e no cumprimento da agenda 2030 para o desenvolvimento.

A graduação e a STS devem ser integradas nas estratégias nacionais de desenvolvimento de longo prazo e nas estratégias de financiamento para o desenvolvimento, em medida adequada, incluindo desenvolvimento de capacidades e assistência técnica para diversificar fontes de financiamento, tal como solicitado pela Assembleia Geral da ONU no seguimento da Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos (LDC-IV). A STS não precisa de ser um documento separado, podendo constituir parte integral de outras estratégias dos países.

Um mecanismo consultivo para facilitar a preparação da STS pode ser estabelecido por um país em fase de graduação em cooperação com os seus parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento e comércio. Tal mecanismo ajudaria o país e os seus parceiros a identificar ações associadas e a negociação da sua duração e cessação gradual por um período adequado ao contexto do desenvolvimento do país. É necessário integrá-lo com outros processos consultivos relevantes e iniciativas entre o país em graduação e os seus parceiros para o desenvolvimento.

A importância de prestar apoio à transição suave e graduação aos países em processo de saída da categoria PMD é destacada pela Comissão para as Políticas de Desenvolvimento (CDP) no seu relatório de 2019 ao Conselho Social e Económico (ECOSOC). A CDP também destaca a necessidade de medidas adicionais para apoiar os PMD restantes, especialmente em África, para melhorar a sua integração na economia global. Sublinha a importância de continuar a discussão sobre o desenvolvimento de um quadro de apoio adequado para construir a robustez contra as alterações climáticas e outros choques ambientais.

Sendo a graduação um marco do progresso no desenvolvimento, a CDP destacou que os países graduados continuam a enfrentar o risco de choques e desafios externos — sendo o coronavírus (a pandemia 19) da Covid-19) um caso notável. Estes devem ser considerados sistematicamente para assegurar uma transição suave. Assim sendo, a CDP invocou a necessidade de robustecer as provisões para a transição suave, um processo de graduação melhorado, enriquecido, e mais apoio coordenado por parte das entidades da ONU, esforços adicionais por parte dos países em graduação e dos seus parceiros de desenvolvimento e comerciais, bem como construção especializada de capacidades. Priorizar a graduação a nível político é algo enfatizado pela Comissão.

Este modelo e nota orientadora para a estratégia de transição suave, desenvolvidos pelo UNDESA, surge em resposta às recomendações da Assembleia Geral e das ações de seguimento propostas pela CDP para o fortalecimento das medidas de transição suave e construção especializada de capacidades para ajudar os países em graduação e já graduados a preparar a sua STS. Esta nota também informa os PMD em graduação e os seus parceiros de desenvolvimento sobre a melhor forma de assistir tais países após a graduação.

Esta nota orientadora para a STS consiste numa introdução e quatro secções principais: 1) Abordagem e Processo; 2) Impactos da Graduação e Medidas de Transição Suave; 3) Medidas de Transição Priorizadas e Modalidades de Implementação; e 4) Mapa Temporal. Os anexos podem ser apensos ao fim da STS se o país assim o entender. Cada secção é acompanhada de notas orientadoras e perguntas. Este modelo STS e nota orientadora devem ser vistos apenas como diretriz para ajudar os países a preparar-se e a redigir a sua STS. Não pretende ser um plano mestre. A STS de um país dependerá largamente do contexto, objetivos e prioridades de desenvolvimento e em que fase do processo de graduação se encontra.

Processo e Mapa de Progresso STS

Figura a. Processo e Mapa de Progresso STS



Usou-se uma combinação de fontes internas e externas de dados e relatórios para informar a análise e avaliações feitas neste relatório. Estas são elaboradas a partir de uma combinação da análise da literatura existente, questionários e entrevistas.

Que países completaram uma STS?

Figura b. Onde estão a preparar-se STS?



Os países graduados nos últimos dez anos têm tido experiências variadas.

Cabo Verde saiu do estatuto de PMD a 20 de dezembro de 2007. No caminho para a graduação, criou-se em 2005 um grupo de apoio orçamental que incluía parceiros do governo e de desenvolvimento para garantir maior alinhamento e harmonização do apoio dos doadores à Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza do país. Um grupo de doadores de apoio à transição denominado GAT (*Groupe d'Appui à la Transition*)¹ foi estabelecido pelo governo nacional para preparar uma estratégia de transição que enquadrasse a adaptação à cessação gradual das medidas de apoio específicas a PMD. O GAT, em 2007, adotou uma declaração de apoio à agenda de transformação socioeconómica de Cabo Verde.

As Maldivas foram originalmente recomendadas para a graduação pelo CDP e endossada pela Assembleia Geral a 20 de dezembro de 2004. No entanto, devido ao impacto do tsunami em dezembro de 2004, a graduação foi diferida até 1 de Janeiro de 2011. Durante esse período, o governo das Maldivas negociou com a UE uma medida importante para uma transição suave: o prolongamento da quota livre

¹ <https://www.gradjet.org/wp-content/uploads/2018/02/Cabo-Verde-smooth-transition-strategy.pdf>

isenta de impostos (duty-free quota-free DFQF) no acesso ao mercado da UE, dentro do quadro do programa “Tudo Menos Armas” (Everything But Arms) por um período de três anos após a graduação.

Em 2011, as Maldivas e Cabo Verde convenceram a Assembleia Geral a adotar uma medida de transição suave relativamente ao apoio financeiro para viagens por parte do Secretariado da ONU para delegados nacionais que participem em reuniões ou eventos importantes da ONU. Trata-se do prolongamento por um período de três anos deste benefício para todos os PMD que se graduem e façam esse pedido. Este é um exemplo duma medida de transição suave negociada por estes dois países e agora disponível para outros PMD.

A Samoa, que se graduou em janeiro de 2014, optou por se concentrar na implementação plena da Estratégia para o Desenvolvimento da Samoa (SDS 2016/17-2019/20), bem como os investimentos do país relativos aos ODS, o SAMOA Pathway, o Acordo de Paris e o Quadro de Sendai para a Redução dos Riscos de Catástrofe. A SDS já incluía medidas específicas relativas à STS, pelo que a Samoa entendeu que a transição suave estaria mais assegurada se o país implementasse plenamente a sua SDS.

A Guiné Equatorial, que se graduou em junho de 2017, ainda não apresentou à CDP o seu relatório sobre a implementação da estratégia de transição suave.

Vanuatu tem graduação marcada para 4 de dezembro de 2020 e é o único país, até à data, que completou uma STS como documento separado. Foi liderada pela Comissão Nacional Coordenadora do Governo (NCC) com apoio técnico e financeiro do UNDESA e ESCAP. A STS foi validada em outubro de 2019 por um grupo alargado de partes afetadas e membros da comunidade internacional, endossada pela NCC em dezembro de 2019 e aprovada pelo Conselho de Ministros a 9 de julho de 2020. Vanuatu procurou ainda assistência do UNDESA para implementar a sua STS a partir de agosto de 2020.

Em 2019, um número de PMD recomendados para graduação começaram a preparar uma STS enquanto outros retomaram o trabalho preparatório.

Em 2019, Angola, com graduação inicialmente prevista para 12 de fevereiro de 2021, diferiu-a por três anos, devido ao impacto económico da pandemia do Covid-19. Irá durante este período suplementar retomar o trabalho de preparação para a graduação com cooperação técnica do UNDESA. No entanto, ainda não relatou à CDP os passos iniciais da preparação de uma STS.

O Butão, com graduação agendada para 2023, incorporou a diversificação económica, criação de emprego e a resolução de vulnerabilidades relacionadas com o clima como áreas de prioridade para assegurar que, com a implementação do seu último Plano de Desenvolvimento Nacional como PMD, proceda à graduação com uma economia forte e robusta. Alinhar o calendário da graduação com o processo de planeamento pode ser uma estratégia útil para outros países e permite ao país iniciar o seu novo ciclo de planeamento com o seu primeiro ano como país graduado.

São Tomé e Príncipe, com graduação marcada para 2024, está agora a iniciar a preparação duma estratégia de transição com apoio da equipa de missão interagências para a graduação dos países menos desenvolvidos (IATF) liderada pelo OHRLLS.

As Ilhas Salomão, com graduação marcada para dezembro de 2024, também assistida pela IATF, iniciou o seu processo de preparação para a graduação e tem um mapa de progressos. Já negociou acordos alternativos para o acesso a contingentes pautais de direito nulo (DFQF) com a União Europeia (UE) que compensarão a retirada de preferências reservadas aos PMD.

O Kiribati e Tuvalu, que foram recomendados para graduação pela CDP em 2018 mas viram os seus casos diferidos pelo ECOSOC para data não posterior a 2021, ainda não começaram o processo de preparação da STS.

Outro grupo de PMD que cumpriu os critérios de graduação da categoria PMD, durante pelo menos uma revisão trienal e é encorajado a preparar uma STS, inclui: Bangladeche; República Democrática Popular do Laos; Myanmar; Nepal e Timor-Leste.

Modelo de STS



Instruções

Um país pode usar este modelo para preparar e redigir a sua STS. Encontra-se abaixo um conjunto simples de instruções:

1. Ao início de cada secção do modelo de STS, dá-se algumas orientações e um grupo de perguntas orientadoras para ajudar o país a completar essa secção da STS.
2. Assim que um país tiver percorrido a orientação e as perguntas, pode apagar tanto a orientação como as perguntas, e redigir essa secção da STS no próprio modelo.
3. Ao fim de cada secção, aparecerá um Marcador de Completude STS para ajudar o país a transitar de uma secção para a próxima, sendo destacadas as secções completadas.
4. Os países podem adicionar mais secções ou dar um título diferente às secções. Tal é possível porque o modelo STS e nota de orientação são apenas um guia e não pretendem ser um plano mestre.
5. É possível adicionar anexos ao fim da STS.

Modelo STS: Introdução

Orientação: O objetivo principal desta secção é contextualizar a graduação do país e a STS. Salienta-se a importância da graduação dos PMD e em que fase do processo de graduação um país se encontra. Esta secção também dá um panorama geral do processo realizado pelo país na preparação da sua STS e as principais partes interessadas/afetadas consultadas e envolvidas para informar a STS. A introdução delinea as principais características ou secções chave da STS, os parceiros fundamentais e o calendário esperado.

Modelo STS: Secção 1. Abordagem e Processo STS

Orientação: O objetivo principal desta secção do modelo é para que um país considere cuidadosamente a abordagem que empregará na preparação da sua STS. Há que considerar uma série de itens fundamentais. Um país pode tirar partido da sua Avaliação de Graduação preparada pelo UNDESA e outras entidades da ONU que talvez já articulem possíveis “elementos de uma STS.” Também se fornece um conjunto de perguntas orientadoras para assistir os países na definição da abordagem mais adequada e dos passos no processo STS relevantes para o contexto nacional. O processo STS indicado nesta nota orientadora envolve oito passos. O primeiro passo é o único em que a CDP da ONU e/ou a Assembleia Geral faz(em) uma recomendação ou toma(m) uma decisão. Os sete passos seguintes são primariamente da responsabilidade do país - liderados e apropriados por esse país.

Figura 1.1. Processo STS



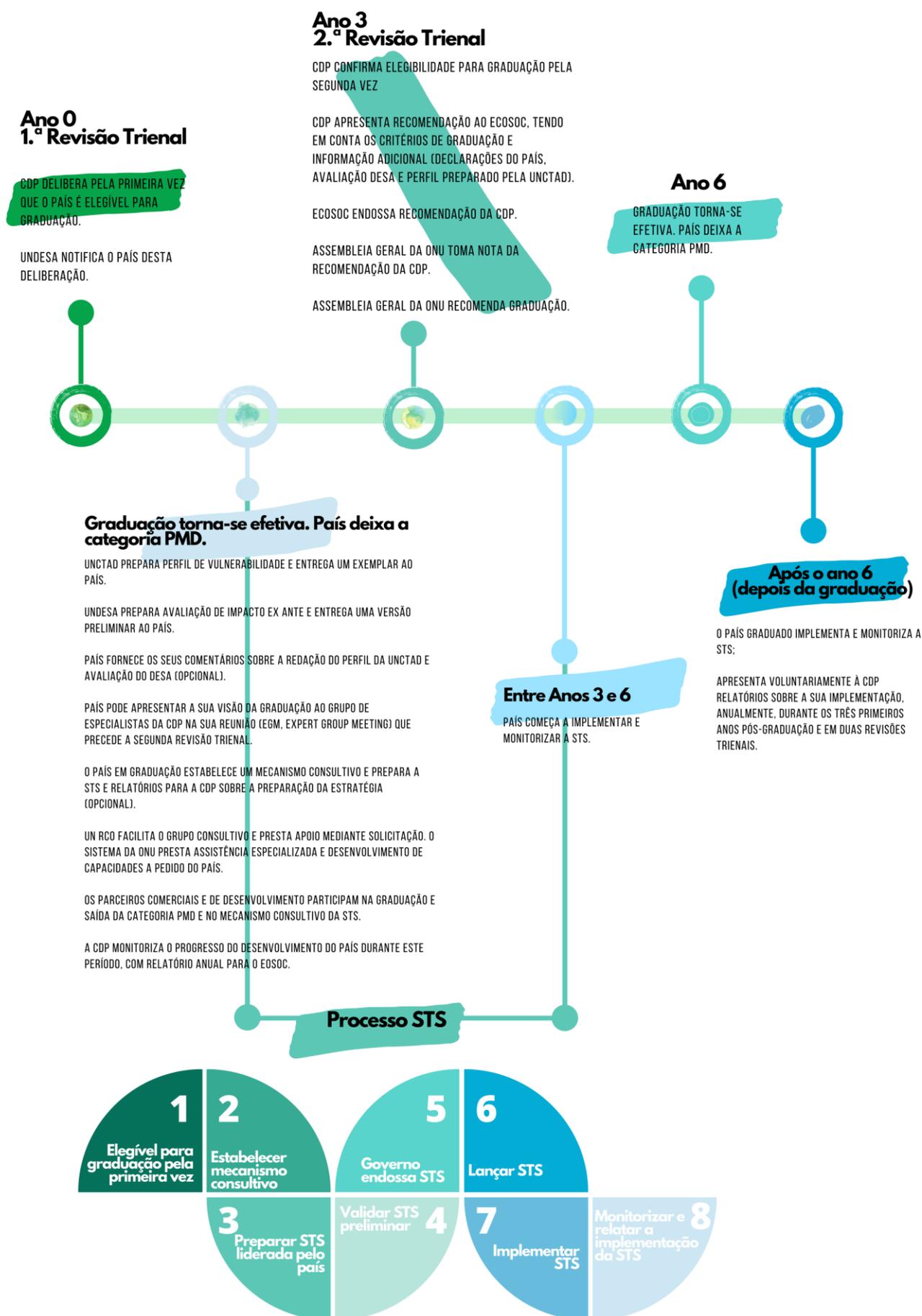
Princípios do Processo STS

Dois princípios fundamentais guiam o processo STS:

1. Liderado e apropriado pelo país; e
2. O apoio da comunidade internacional é solicitado pelo próprio país, tendo que ser oportuno e de alta qualidade.

É importante notar que o processo STS está estreitamente ligado ao processo de graduação dos PMD. Portanto, o processo de graduação é descrito nesta nota orientadora (ver Figura 1.2) para ajudar os países a identificar as fases em que a graduação e o processo da STS se alinham e requerem apoio coordenado da comunidade internacional.

Figura 1.2. Calendário da Graduação — quando se inicia o processo STS?



Processo da Estratégia de Transição Suave

Passo 1: O País cumpre os Critérios de Graduação PMD pela primeira vez. Assim que a CDP determina pela primeira vez que um país está apto a graduar-se, este é notificado pelo UNDESA e, assim que o UNDESA tiver produzido a avaliação de graduação do país, pode começar a preparar uma STS. No passado, os países em graduação só começavam a preparar a sua STS após serem recomendados para graduação pela Assembleia Geral. Contudo, a partir de 2019, a CDP apontou a necessidade de os países desenvolverem uma STS bem mais cedo, assim que cumpram pela primeira vez os critérios de graduação para os PMD. A Assembleia Geral recomenda que os países preparem uma estratégia de transição suave.

Passo 2: Estabelecer mecanismo consultivo para facilitar a preparação da STS. Este precisa de ser estabelecido por um país em graduação em cooperação com os seus parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento e comércio. Tal mecanismo ajudaria o país e os seus parceiros a identificar ações associadas e a negociação da sua duração e cessação gradual por um período adequado ao contexto do desenvolvimento do país.

Um país pode apelar ao sistema da ONU através do gabinete nacional por via do Coordenador Residente da ONU e da Equipa da ONU para o País, para que receba o seu apoio.

Um mecanismo consultivo nacional não precisa de ser um mecanismo recém-criado. Um país em graduação pode utilizar mecanismos consultivos nacionais existentes. É necessário integrá-lo com outros processos consultivos e iniciativas relevantes entre o país em graduação e os seus parceiros para o desenvolvimento.

Passo 3: Preparar uma STS liderada pelo país. Este passo é apoiado pela comunidade internacional. Para assegurar uma STS de qualidade, apropriada pelo país, é importante que o país considere o objetivo estratégico da STS, a abordagem de desenvolvimento e implementação da STS, os elementos ou características fundamentais da estratégia, e assegurar um processo de interação inclusivo e participativo. Deve dar-se bastante tempo à secção 2 do modelo STS, uma vez que requer análise metódica dos impactos da graduação e identificação de medidas de mitigação necessárias à transição suave após a graduação. Estas tornar-se-ão as medidas de transição suave. A versão preliminar da STS deve ser partilhada com todas as partes interessadas/afetadas que serão convidadas para a sessão de validação, um mês antes de tal sessão. Isso permitirá a recolha de comentários e opiniões aprofundadas que acrescentarão valor à STS em redação. Com base nos comentários, preparar-se-á uma redação revista da STS para validação pelo Governo e uma gama inclusiva de partes interessadas/afetadas.

Passo 4: Validar redação da STS. Recomenda-se organizar uma validação liderada pelo governo e facilitada pelo mecanismo consultivo nacional. Pode ser necessário meio dia, ou um dia inteiro, dependendo do objetivo determinado pelo país. Se todos os comentários tiverem sido recebidos e a STS revista os refletir, meio dia pode ser suficiente. Se, contudo, os comentários e opiniões das partes interessadas/afetadas forem procuradas e sejam fornecidas durante a validação, o país deve considerar uma sessão de validação de um dia para permitir uma discussão adequada de cada secção e as medidas específicas recomendadas para implementação.

Passo 5: Governo endossa a STS. Um país em graduação precisa que o seu governo endosse a SDS de modo a conferir-lhe legitimidade para implementação e garantir o apoio da comunidade internacional. Em Vanuatu, o governo nacional endossou a STS seis meses após a finalização desta e oito meses após a sua validação. Portanto, os países devem levar este aspeto em consideração ao validar o relatório e o mapa global de trabalho e calendário da STS incluindo a data de início para a implementação da estratégia.

Passo 6: Lançar a STS. Isto pode ser um evento isolado ou parte de um acontecimento maior no qual a STS seja uma componente fundamental ou represente um contributo. Deve ser visto como uma oportunidade para promover as mensagens principais que sustentam a importância de uma transição suave durante e após a graduação, algo que requer um compromisso da parte de todos.

Passo 7: Implementar a STS. Os países são encorajados, mediante convite da Assembleia Geral, a implementar a STS como parte da sua estratégia nacional de desenvolvimento e a incorporá-la nos documentos relevantes, incluindo os documentos estratégicos de redução da pobreza e a matriz de ação dos Estudos Diagnósticos de Integração do Comércio ao abrigo do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio (EIF / QIR).² Os recursos necessários à implementação da STS podem também ser refletidos no orçamento a médio-prazo de um país ou no seu quadro fiscal.

Para mais, a recente reforma de desenvolvimento na ONU constitui uma oportunidade de procurar sinergias com a Avaliação Comum por País (CCA) e o Quadro de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDf). De igual modo, pode identificar-se ligações com o Estudo Diagnóstico de Integração do Comércio (DTIS) de um país e a sua revisão de Política Comercial por parte da OMC. Pode incorporar-se elementos da STS nestes documentos dependendo da fase em que cada um se encontra.

Com base nas medidas específicas e modalidades de implementação da transição suave, o sequenciamento destas medidas e o apoio necessário determinaria a forma como a STS é implementada e seria delineado na STS de um país na Secção 3 - Medidas de Transição Suave Priorizadas e Modalidades de Implementação.

Passo 8: Monitorizar e relatar a implementação da STS. Se a STS de um país estiver integrada no seu orçamento e plano nacional de desenvolvimento sustentável, a monitorização da STS deve também ser incorporada no seu quadro nacional de monitorização e avaliação do plano e orçamento nacionais. A monitorização e relatório anuais sobre a implementação da STS devem formar parte das medidas nacionais e setoriais existentes de monitorização e relatório. Os países devem também considerar refletir os seus relatórios anuais para a CDP na sua preparação da STS, no seu endosso e implementação na STS. Estes são fundamentais no relatório para a CDP dos países graduados nos primeiros três anos após a data efetiva de graduação, bem como nas duas revisões trienais subsequentes.

É também útil que os países desenvolvam uma estratégia de promoção e comunicação como ferramenta que os altos níveis do governo possam usar para fomentar a consciencialização, conseguir apoio por todo o país e fortalecer parcerias chave para a transição suave e saída da categoria de PMD e para além da graduação.

² Resolução da Assembleia Geral 67/221 de 26 de Março de 2013; parágrafo 11

Perguntas Orientadoras

1. O país foi identificado como elegível para graduação pela primeira vez e está a preparar-se para a segunda revisão trienal?
2. Quem será responsável pela liderança e apropriação da estratégia de transição?
3. Há mecanismos nacionais, consultivos ou políticos e decisórios, que possam ser usados para efeitos da graduação da categoria PMD e preparação de uma STS?
4. Têm um mapa destes mecanismos que possam ajudar a informar a decisão sobre que mecanismo seria mais adequado?
5. Em que situação está o país em termos do seu plano nacional de desenvolvimento sustentável — ano inicial, intermédio ou final do período de planificação? Estando no ano final, a STS podia fazer parte do novo plano nacional de desenvolvimento sustentável e do quadro fiscal de médio prazo e não precisa de ser uma estratégia separada.
6. Que outros planos de desenvolvimento estão implementados ou planeados nos quais se possa integrar a STS?
7. Quais são as modalidades de implementação em consideração?
8. O país pretende avaliar os seus pontos fortes em termos de capacidades e as suas necessidades, determinar e mobilizar a assistência consultiva/técnica/financeira necessária da comunidade internacional?
9. Quem informará a STS — seleção estratégica das partes interessadas/afetadas mas também inclusiva?
10. Que formas de interação serão utilizadas? Diálogo de alto nível, análise técnica e participação efetiva em todos os passos ou apenas em marcos fundamentais?
11. A aprendizagem horizontal entre pares e com as experiências dos países será utilizada?



STS Completion Tracker

Deverá ter completado esta secção

1

Secção 1

Abordagem e Processo STS

2

Secção 2

Impactos da Graduação e
Medidas de Transição Suave

3

Secção 3

Medidas de Transição Suave
e Modalidades de
Implementação Priorizadas

4

Secção 4

Mapa de Progresso

Modelo STS: Secção 2.

Impactos da Graduação e Medidas de Transição Suaves

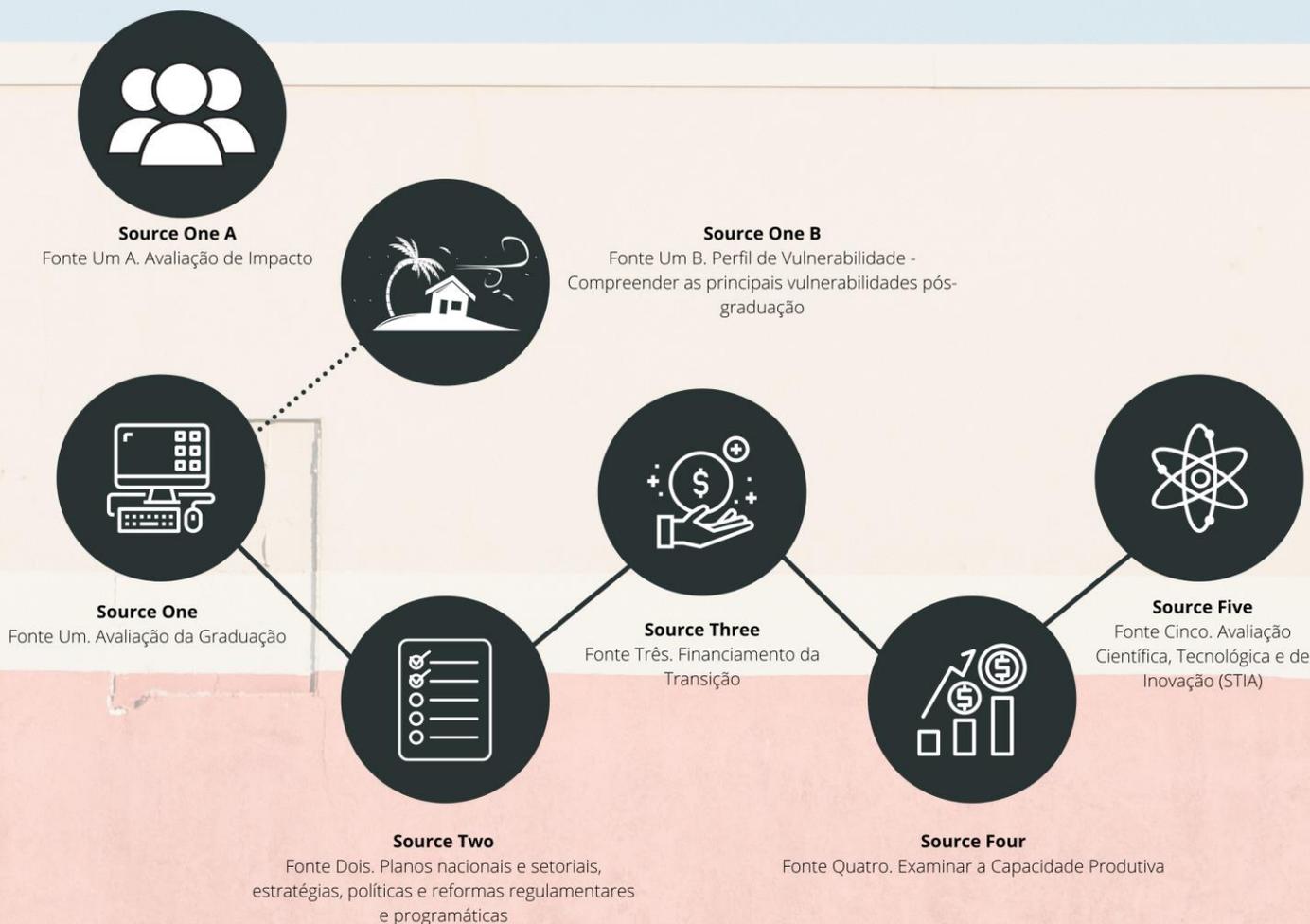
Orientação: O objetivo principal desta secção do modelo é esclarecer o impacto da perda de medidas de apoio específicas devido à graduação da categoria de PMD, áreas onde se espera impactos específicos, e medidas específicas que um país precisa de tomar para assegurar a transição suave pós-graduação. Esta secção poderia ter duas componentes fundamentais:

1. **Impactos da Graduação.** Determinar os impactos mais significativos da graduação devidos à perda de medidas específicas de apoio internacional aos PMD, utilizando a avaliação da graduação para o país fornecida pela CDP da ONU e outras análises, avaliações e estudos existentes e relevantes.
2. **Medidas de Transição Suave:** Por cada impacto significativo listado em (1) acima, identifique uma ou mais medidas de transição suave. Estas devem incluir: a) implementação de estratégias nacionais ou setoriais, políticas, programas regulamentares existentes e reformas que estejam a ser implementadas; b) fazer pleno uso das medidas específicas de apoio internacional; c) procurar diferimentos ou adiamentos; d) negociação de mudanças em termos, condições e/ou modalidades nas medidas específicas de apoio internacional existentes; e e) adaptação, possivelmente com a comunidade internacional a fornecer “medidas de apoio novas e melhoradas”, incluindo aquelas que se destinem às capacidades produtivas.

Esta secção está no cerne da estratégia e é fundamental para ajudar um país a tirar partido de várias avaliações, análises, diagnósticos e estudos e a coligir e priorizar os impactos da graduação que deve abordar, bem como as medidas de transição suave que devem ser plenamente implementadas no período de transição para minimizar o impacto adverso potencial na trajetória de desenvolvimento de um país em graduação. Esta secção dá uma base abrangente ao diálogo estratégico e inclusivo entre líderes governamentais, reguladores e decisores, atores do setor privado e sociedade civil, parceiros de desenvolvimento e sociedade em geral.

Ao invés de realizar novas análises, os países são encorajados a tirar partido de avaliações, estudos ou diagnósticos existentes para informar esta secção da sua STS. Se as análises e informação existentes forem inadequadas ou antiquadas, os países talvez queiram levar a cabo outras avaliações ou análises, dependendo da fase em que se encontram no processo de graduação, da natureza dos impactos da graduação e dos recursos disponíveis. A figura 2 mostra cinco avaliações e diagnósticos desse tipo como fontes possíveis de informação. O Anexo 2 dá mais pormenores sobre cada uma das cinco fontes de informação.

Figura 2. Cinco Fontes Fundamentais de Informação



Perguntas Orientadoras

1. Que reformas políticas e institucionais estão atualmente em curso ou planeadas que se relacionem com a graduação da categoria PMD e transição suave dessa categoria para a seguinte?
2. Quais são as tendências na adoção nacional de medidas específicas de apoio internacional aos PMD?
3. É necessária mais análise aprofundada para ajudar a identificar áreas e setores onde seja necessário apoio internacional continuado ou adicional?
4. Existe consenso quanto às áreas de negociação a priorizar?
5. A Avaliação de Impacto e o Perfil de Vulnerabilidade são recentes ou desatualizados? Se estiverem desatualizados, pode ser necessário atualizá-los.



STS Completion Tracker

Deverá ter completado esta secção

1

Secção 1

Abordagem e Processo STS

2

Secção 2

Impactos da Graduação e Medidas de Transição Suave

3

Secção 3

Medidas de Transição Suave e Modalidades de Implementação Priorizadas

4

Secção 4

Mapa de Progresso

Modelo STS: Secção 3.

Medidas de Transição Suave Priorizadas e Modalidades de Implementação

Orientação: Nesta secção, recomenda-se que os países, através da graduação de PMD e do mecanismo consultivo da STS discutam as medidas de transição suave indicadas na Secção 2 da STS e mediante consenso concordem naquelas que devem ser priorizadas para implementação ao abrigo desta secção. Esta secção da STS deve ter duas componentes fundamentais:

1. Medidas de Transição Suave Priorizadas — sob as quais se lista cada medida prioritária.
2. Modalidades de Implementação — delineando sucintamente como cada medida, ou grupo de medidas, se implementará.

Para determinar que medidas de transição suave devem ser priorizadas, um país pode considerar o seguinte:

- Importância de cada medida de transição suave;
- Exequibilidade da sua realização;
- Ligação aos impactos da graduação da categoria PMD;
- Implementável durante o prazo de execução da estratégia; e
- Se existe capacidade nacional para utilizar a medida (e se existir, que recursos são necessários e quanto tempo é preciso para desenvolver essa capacidade).

Um país pode decidir adotar uma única modalidade ou várias para implementar a sua STS. Isto depende do tipo de STS privilegiada. Um país pode escolher uma modalidade única em que integre a STS no plano nacional de desenvolvimento sustentável e orçamento de financiamento, e seja implementada como parte desse quadro, incluindo a monitorização e relatório. Se a STS for uma estratégia documentada autonomamente, os países podem optar por uma modalidade única mas em que a STS seja implementada separadamente.

Um país pode escolher um conjunto de modalidades onde a STS seja preparada como documento separado mas os impactos da graduação sejam abordados através de uma combinação de medidas de transição suave implementadas como parte do plano de desenvolvimento sustentável do país e do seu quadro de financiamento e daquelas que não se refletem no quadro existente, sendo daí implementadas em separado ao abrigo da STS.

As capacidades, pontos fortes e necessidades do país, bem como o apoio adicional necessário à implementação das medidas de transição suave, devem ser considerados ao deliberar sobre as modalidades de implementação. Pode aqui incluir-se apoio a:

- Preparação para a compensação da perda de medidas de apoio internacional, incluindo a obtenção de recursos para atingir os ODS, bem como preferências de comércio alternativas junto dos principais parceiros comerciais.
- Procurar assistência na mobilização de recursos adicionais, por exemplo, acesso à mobilização doméstica de recursos, incluindo os casos em que o país é PEID, usando provisões especiais.
- Explorar novas oportunidades de exportação — novos produtos e serviços, novos mercados.
- Procurar assistência da ONU e de organizações regionais e sub-regionais para o desenvolvimento especializado de capacidades, incluindo negociações comerciais e relacionadas com a APD.
- Promover desenvolvimento de capacidades no comércio, investimento na infraestrutura e ambiente de negócios melhorado para atrair investimento estrangeiro direto para estimular competitividade nas exportações e a diversificação.
- Melhorar a recolha e gestão de dados para melhor analisar e abordar os desafios.

Poder-se-á fornecer como anexo uma tabela com pormenores sobre as medidas de transição suave priorizadas e modalidades de implementação, incluindo as agências responsáveis, potenciais parcerias e horizontes temporais. (Ver exemplo de tabela no Anexo 3.1 e da STS de Vanuatu no Anexo 3.2)



STS Completion Tracker

Deverá ter completado esta secção

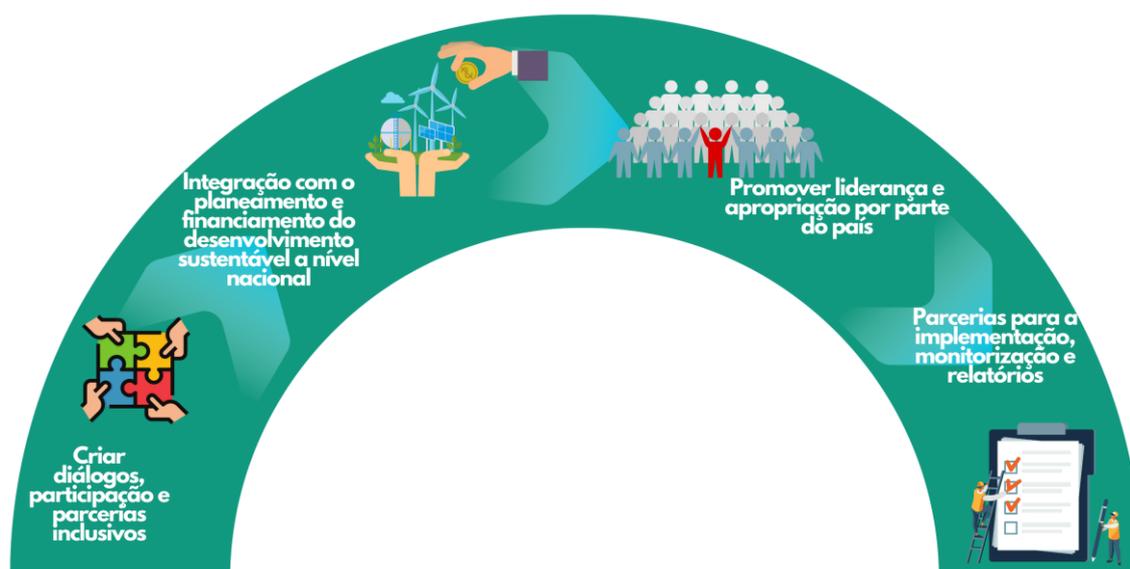


Modelo STS: Secção 4.

Mapa de progresso STS

Orientação: Um mapa de progresso dá a orientação estratégica global para assegurar que a STS seja implementada com sucesso e se consiga uma transição suave. Esta nota de orientação fornece um mapa de progresso para a STS que também serve como ferramenta de comunicação de alto nível para articular o pensamento estratégico subjacente à STS e os quatro grandes marcos necessários à consecução do objetivo da transição suave. O mapa de progresso STS permite a um país progredir do início (preparação) ao fim (implementação) — ligando a STS e as quatro secções propostas, os oito passos no processo STS e os quatro marcos estratégicos do mapa de progresso.

Figura 4. Mapa de progresso STS



Mapa de progresso — quatro marcos:

1. **Criar e fortalecer o diálogo inclusivo, a participação eficaz e parcerias.** Deve-se insistir na importância de um diálogo inclusivo e participação genuína de uma secção alargada de partes interessadas/afetadas nacionais e locais. É imperativo, para a adoção necessária a todos os níveis, assegurar a implementação com êxito da STS. Este marco será conseguido quando os Passos 1 e 2 do processo STS tiverem sido completados. Contudo, o mecanismo consultivo precisa de funcionar eficientemente do princípio ao fim até a STS ser endossada pelo Governo e plenamente implementada.

2. **Integração com o planeamento e financiamento do desenvolvimento.** Isto pode ser conseguido se a STS se situar nos planos nacionais de desenvolvimento de médio e longo prazo, na sua formulação de políticas e processos de tomada de decisão. Ao mesmo tempo, deve ser integrada no quadro de política fiscal a médio prazo e processos de tomada de decisão a nível orçamental anuais. Este segundo marco do mapa de progresso será conseguido quando os Passos 2 e 3 do processo STS tiverem sido completados. Se um país tiver desenvolvido a sua STS como parte dos seus planos e orçamento, esta já estaria integrada. Se for criado um documento separado em que a STS contém medidas específicas de implementação, estas precisam de ser refletidas nos planos anuais ou plurianuais de trabalho dos ministérios para assegurar que os recursos humanos, financeiros e outros necessários sejam devidamente planeados e afetados quando forem necessários.
3. **Promover liderança e apropriação a nível nacional.** Priorizar a graduação a nível político é algo essencial e enfatizado pela CDP. Deve assegurar-se que a recomendação de graduação por parte da Assembleia Geral seja uma prioridade para o país ao mais alto nível e apoiada através da liderança política do Governo e liderança na formulação de políticas por parte de todos os órgãos do governo, contribuição do setor privado e atores não-governamentais na qualidade de especialistas nas suas áreas. É importante que o mecanismo consultivo seja liderado e presidido pelo Gabinete do Primeiro-Ministro ou pelo Ministério responsável pelo planeamento e finanças. Tal disposição asseguraria que as deliberações e decisões tomadas pelo mecanismo consultivo alimentem os programas do Governo e o processo de tomada de decisões. Recomenda-se enfaticamente que os atores não-governamentais participantes no mecanismo consultivo também transmitam as decisões do mecanismo consultivo aos órgãos não-governamentais de que fazem parte, incluindo câmaras do comércio e instituições financeiras que operam no país e facilitam as transações relacionadas com o comércio. O aconselhamento de especialistas e apoio de parceiros para o desenvolvimento através de pessoal profissional e técnico podem complementar os esforços dos países por intermédio do mecanismo consultivo adotado e liderado pelos países.
4. **Parcerias para a implementação, monitorização e relatório.** As parcerias fortes com apoio previsível e fiável são essenciais para que a implementação, monitorização e elaboração de relatórios da STS sejam eficazes. Uma abordagem integrada à implementação da STS, monitorização e preparação de relatórios é altamente recomendada para se obter maior impacto em termos de resultados e produtos de desenvolvimento e para se chegar a maior eficácia e eficiência. A menos que os atores essenciais, governamentais e não-governamentais, se reúnam para fazer parte do mecanismo consultivo, fortalecendo as ligações ao plano nacional, as políticas setoriais dedicadas e a dotação de recursos, a implementação com êxito da STS pode não ter lugar.

STS Completion Tracker

Deverá ter completado esta secção



Anexo A. Modelo STS

Introdução

Secção 1

ABORDAGEM E PROCESSO STS

Secção 2

IMPACTOS DA GRADUAÇÃO E MEDIDAS DE TRANSIÇÃO SUAVE

- **Impactos da Graduação**
 - Impactos significativos;
 - Indústrias e setores específicos bem como grupos populacionais com maior probabilidade de serem afetados

- Medidas de Transição Suave
 - a) implementação de estratégias, políticas, programas e reformas existentes, nacionais e setoriais;
 - b) tirar pleno partido das medidas de apoio existentes;
 - c) procurar prorrogações ou adiamentos; d) compensação;
 - e) negociar mudanças nos termos, condições e/ou modalidades das medidas de apoio existentes; e f) adaptar, se possível com a comunidade internacional a prover “medidas de apoio novas e melhoradas”.

Secção 3

MEDIDAS DE TRANSIÇÃO SUAVE PRIORIZADAS E MODALIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO

- Preparação para a compensação da perda de medidas de apoio internacional, incluindo a obtenção de recursos para consecução dos ODS, bem como preferências de comércio alternativas junto dos principais parceiros comerciais.
- Procurar assistência na mobilização de recursos adicionais, por exemplo, acesso à mobilização doméstica de recursos, incluindo os casos em que o país é PEID, usando provisões especiais.
- Explorar novas oportunidades de exportação — novos produtos e serviços, novos mercados.
- Procurar assistência da ONU e de organizações regionais e sub-regionais para o desenvolvimento especializado de capacidades, incluindo negociações comerciais e relacionadas com a APD.
- Promover desenvolvimento de capacidades no comércio, investimento na infraestrutura e ambiente de negócios melhorado para atrair investimento estrangeiro direto para estimular competitividade nas exportações e a diversificação.
- Melhorar a recolha e gestão de dados para melhor analisar e abordar os desafios.

Secção 4

MAPA DE PROGRESSO STS

Anexo 1. Exemplo de STS Secção 1: Abordagem e Processo STS

Abordagem de Vanuatu ao Desenvolvimento da sua Estratégia de Transição Suave

O Governo de Vanuatu, em reconhecimento da graduação e saída a 4 de Dezembro de 2020 do estatuto de PMD, mobilizou as estratégias e requisitos necessários.

Em Março de 2016, o Conselho de Ministros (COM) endossou a formação de um Conselho Nacional de Coordenação (NCC) composto de várias partes interessadas/afetadas relevantes para coordenar o desenvolvimento de uma estratégia de transição suave. Adicionalmente, o Secretariado do NCC foi formado para desenvolver estratégias de transição eficazes, coordenar esforços e facilitar a consulta com as partes interessadas do plano nacional.

Esta estratégia foi informada por várias consultas com as várias partes interessadas/afetadas, incluindo o COM, membros do NCC, reuniões em seis centros provinciais e uma sessão nacional de validação em Outubro de 2019. Além disso, conduziu-se um estudo ex ante por parte da CDP, um estudo financiado pela UNCESAP em 2018, e estudos³ este ano (sobre financiamento externo e mobilização de recursos domésticos e impactos sobre o comércio) para produzir mais provas. A UNCESAP deu apoio técnico à preparação da Estratégia. A aprendizagem entre países, com a experiência do Governo da Samoa, também informou a Estratégia.

Uma vez que a NSDP continua a ser a estratégia-mestra do desenvolvimento de Vanuatu, esta Estratégia de Transição Suave alveja as medidas suplementares que mitigarão qualquer impacto devido à graduação da categoria PMD. Uma matriz de implementação apenas indica as ações específicas que são necessárias. As medidas para implementar a NSDP e as preocupações em torno da graduação PMD farão parte do planeamento e processos orçamentais do Governo e orientarão o apoio dos parceiros para o desenvolvimento. Espera-se que o apoio adicional e continuado dos parceiros para o desenvolvimento e a implementação nacional, tanto antes como depois da graduação, mitiguem o impacto da graduação e saída da categoria de PMD e assegurem a transição suave.

Anexo 2. Modelo STS: Secção 2. Impactos da Graduação e Medidas de Transição Suave

Cinco Fontes Fundamentais de Informação



**Fonte Um:
Avaliação da
Graduação**



Avaliação de Impacto – Identificar os impactos mais significativos da graduação e os setores, indústrias e ações que mais provavelmente serão afetados

Os países precisam de estudar todas as medidas especificamente relacionadas com o estatuto PMD que utilizaram, identificar quais delas se espera cessar com a entrada em vigor da graduação, que medidas continuarão disponíveis após a graduação e o período especificado e quais os países desejam negociar de forma a obter uma prorrogação.

Parte fundamental deste elemento é compreender plenamente e articular claramente a perda esperada de medidas de apoio internacionais dedicadas aos PMD, canais de impacto e as respetivas implicações para o país. Identificar as medidas de mitigação que devem ser utilizadas para amortecer o impacto e determinar que impactos e medidas de mitigação precisam de ser incluídas na STS.

Uma avaliação de impacto (AI) preparada pelo DESA para o país seria a principal fonte de informação; já teria beneficiado de contributos do país e dos seus parceiros comerciais e de desenvolvimento. Um país pode tirar partido da AI para identificar os maiores impactos da graduação que possam perturbar o progresso do seu desenvolvimento durante o período de transição e pós-graduação. Deve salientar os canais de impacto direto da retirada de medidas específicas de apoio internacional após a graduação e quaisquer mecanismos aplicáveis de “transição suave” que sejam exclusivamente dedicados aos PMD. O impacto pode ser categorizado em três grupos principais: a) Comércio — acesso ao mercado de bens e serviços bem como outras provisões de tratamento especial e diferente (S&D) ao abrigo de acordo com a OMC; b) cooperação para o desenvolvimento — tipo de setor APD e tendências, Ajuda ao Comércio (Aft/AaC) e financiamento para o clima; e c) apoio à participação nas entidades do sistema da ONU e seus processos e bolsas de estudo ou investigação.

Sobre (a) Comércio, esta secção deve destacar as tendências no comércio, estado atual da especialização corrente e potencial da diversificação de produtos e exportações e o impacto da perda de medidas específicas de apoio ao comércio para PMD nos resultados de desenvolvimento do país. Medidas de mitigação específicas e orientadas para a ação, para: i) negociar prorrogações das preferências existentes; ii) negociar novas preferências; e iii) diferentes ações que precisam de ser tomadas multilateralmente (OMC) devem ser identificadas e os parceiros comerciais para quem estas são relevantes devem ser indicados.

Adicionalmente, destaque os setores e grupos populacionais específicos que seriam significativamente afetados e proponha medidas de mitigação específicas para cada canal de impacto que precisem de ser incluídas na STS.

Em (b), um país deve determinar quais são os impactos da graduação nos resultados do desenvolvimento apoiados por medidas de APD específicas para PMD. Pode analisar os critérios de seleção e condições de financiamento APD por cada parceiro de desenvolvimento, identificar as que mudarão em consequência da graduação, o período de cessação gradual e as implicações para o setor selecionado ou os resultados de desenvolvimento que beneficiem de tais fontes e parceiros de APD. Propor medidas de mitigação, que podem incluir: i) fazer uso pleno das dotações existentes ao abrigo do fundo PMD e outras fontes de financiamento específicas para PMD dentro dos prazos aplicáveis; ii) negociar certas condições para cada tipo, modalidade e enfoque de financiamento por cada doador; iii) identificar fontes alternativas e inovadoras de financiamento para o desenvolvimento; e iv) identificar que apoios políticos e técnicos são necessários para que isto tenha lugar. Considere desenvolver um plano realista para abordar quaisquer deficiências possíveis em setores chave — possivelmente a saúde, educação e clima/ambiente.

Em (c), contributos e apoio da ONU, um país pode destacar que contributos orçamentais da ONU aumentariam devido à graduação e em que aspetos o país deixaria de beneficiar da participação financiada pela ONU em reuniões e outras ocasiões. As implicações em qualquer resultado para o desenvolvimento a médio prazo, ou nos seus recursos financeiros, devem ser articuladas. Nesta secção, os países devem também propor medidas de mitigação fundamentais, como as fontes alternativas de financiamento para a contribuição mais elevada para a ONU e o custo de continuar a sua participação nas entidades do sistema da ONU e seus processos que sejam entendidos de importância para o país.



Fonte Um: Avaliação da Graduação



B. Perfil de Vulnerabilidade Compreender as principais vulnerabilidades pós-graduação.

Os países devem considerar as principais vulnerabilidades, começando pelas relacionadas com os critérios de graduação PMD indicados no perfil de vulnerabilidade do país elaborado pela UNCTAD. O perfil mostra os antecedentes da situação económica e desenvolvimental do país. O perfil de vulnerabilidade compara valores dos indicadores usados na revisão trienal da CDP com os dados estatísticos nacionais. As vulnerabilidades críticas que um país queira abordar durante a transição devem ser especificadas nesta secção. As medidas de mitigação específicas e previsíveis para reduzir tais vulnerabilidades devem ser delineadas. É importante destacar as vulnerabilidades encontradas por um país que não tenham sido abrangidas pelo Índice de Vulnerabilidade Económica e Ambiental (*Environmental Vulnerability Index (EVI)*) e pelos indicadores suplementares preparados pelo UNDESA, bem como outras características estruturais de relevância para os PMD em graduação especialmente se a STS estiver a ser preparada após a primeira identificação de elegibilidade para graduação mas antes da segunda.

Ao identificar medidas de mitigação, os países podem também discutir o seu estado de prontidão e robustez na gestão de tais vulnerabilidades após a graduação. As melhorias das medidas de apoio aos PMD já existentes em termos de certas modalidades e qualquer nova assistência requerida devem ser também analisadas e incluídas.



Fonte Dois: Planos nacionais e setoriais, estratégias, políticas e reformas regulamentares e programáticas

Um país precisa de situar a STS nos seus objetivos, prioridades e planos de desenvolvimento sustentável. Usar análises existentes sobre a graduação de PMD e o seu impacto no progresso do desenvolvimento do país para identificar medidas dentro dos planos, estratégias, quadros fiscais e orçamentos, regulamentos, políticas e programas de reforma existentes que estejam a ser implementados. Especificar o impacto significativo da graduação que cada medida identificada ajudará a mitigar e contribuir para uma transição suave e saída da categoria PMD após a graduação. As medidas de mitigação identificadas nesta fonte devem fazer parte das medidas de transição suave destacadas na Secção 2 da STS de um país.

Um país deve também considerar as prioridades regionais e soluções e mecanismos regionais diretamente ligados a medidas de apoio específicas para PMD ou resultados de desenvolvimento que beneficiem de tais medidas. Estas podem ser consideradas medidas de transição suave.



Fonte Três: Financiamento da Transição

Se um país tiver realizado uma Avaliação de Finanças para o Desenvolvimento (DFA) com apoio do PNUD, pode considerar quaisquer conclusões chave ou recomendações relacionadas com a graduação PMD e o financiamento da saída do país da categoria PMD. Em particular, a análise DFA diretamente relacionada com a perda de fontes de financiamento dedicadas aos PMD devida à graduação, e deve propor fontes de financiamento alternativas ou novas. Por exemplo, se a DFA destacar que a graduação levará a uma redução quantificada num certo empréstimo em condições preferenciais e a implicações nos resultados de desenvolvimento de um setor-alvo, estas devem ser indicadas e discutidas na STS do país, na Secção 2, relativamente ao componente dos impactos significativos da graduação. Quaisquer fontes de financiamento novas ou inovadoras que um país possa aproveitar como fontes alternativas e pós-graduação podem ser consideradas e incluídas como medidas de transição suave ao abrigo da secção 2 da sua STS.

Adicionalmente, se um país tiver usado a DFA para desenvolver um Quadro Financeiro Nacional Integrado (*Integrated National Financing Framework* (INFF)), pode também identificar elementos do INFF que contribuam para a saída suave da categoria PMD e do processo de graduação. Os países podem incluir estas medidas como parte das medidas de transição suave na Secção 2 da sua STS.

Se um país tiver realizado um Diagnóstico Nacional de Financiamento da Transição (*Transition Finance Country Diagnostic* (TFCD)) com apoio do DAC da OCDE, pode querer tirar partido da análise empírica e recomendações para a transição financeira suave em direção ao desenvolvimento sustentável. O TFCD pode também indicar as melhores formas de os parceiros para o desenvolvimento apoiarem eficazmente um PMD em graduação que pode ao mesmo tempo ser um estado sem litoral ou pequeno estado insular em desenvolvimento.



Fonte Quatro: Examinar a Capacidade Produtiva

Se um país desejar incluir lacunas críticas na sua capacidade produtiva, que precisem de ser abordadas durante o período de transição, pode tirar partido das avaliações de capacidade existentes que tiverem sido conduzidas a nível nacional, setorial ou por indústria. O Estudo Diagnóstico de Integração do Comércio (DTIS) é uma de muitas fontes sobre a capacidade produtiva.

Se um país estiver interessado em diagnosticar a capacidade produtiva, pode considerar vários métodos, como se segue:

- *Nota da CDP sobre 'Expandir a Capacidade Produtiva: Lições Aprendidas com os Países Menos Desenvolvidos em Graduação'* oferece uma combinação de cinco áreas de política integrada e 3 caminhos e implicações para a expansão da capacidade produtiva.
- *Programa de Ação de Istambul* - dá sete indicadores e sugere objetivos e metas de capacidade produtiva, de acordo com as políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento.
- *Indicadores de comparação de capacidade produtiva em PMD da UNCTAD* - podem ser usados para identificar dados em falta no intuito de incorporar e medir a capacidade produtiva no planeamento do desenvolvimento. Os relatórios da UNCTAD sobre PMD constituem uma fonte abrangente e fiável de análises socioeconómicas e dados sobre PMD.
- *Quadro de Identificação e Facilitação do Crescimento (GIFF)* - ajuda os legisladores em países em desenvolvimento, orientados para o crescimento, a criar políticas exequíveis e devidamente focadas, permitindo aos líderes identificar e desbloquear a vantagem comparativa latente do seu país para conseguir a transformação estrutural. (Ver estudos GIFF conduzidos via projetos CDP no Nepal e Uganda)
- *Revisões de políticas de transformação da produção pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE* - são ferramentas de avaliação de políticas e de orientação com base na aprendizagem entre pares e um quadro com cinco pilares. Conduzidas a pedido ao longo de períodos entre oito meses e um ano. Fornecem um quadro que permite identificar opções regulamentares acionáveis para promover o desenvolvimento através da transformação estrutural, com base na avaliação comparativa dos ativos do país, potencial e prioridades de melhoria.

Uma vez que as próprias análises de capacidade produtiva levam tempo (6 a 12 meses), ao invés de realizar uma como parte de preparação da STS, os países podem optar por incluí-la como medida específica a realizar como parte da implementação da STS ou parte de estratégia setorial ou do plano nacional de desenvolvimento sustentável, uma vez que pode ser transversal a vários setores.



Fonte Cinco: Avaliação Científica, Tecnológica e de Inovação (STIA)

Os países podem querer tirar partido da sua STIA se esta tiver sido realizada com apoio do OHRLLS. Um país que ainda não realizou a STIA pode querer fazê-lo e de forma a ajudar esse país a avaliar a sua prontidão para uma transição suave e vida pós-graduação num futuro em que a tecnologia e transformação digitais desempenharão um papel preponderante. A recente pandemia de Covid-19 revelou uma enorme lacuna na capacidade dos países em desenvolvimento de usar a tecnologia existente, bem como falta de infraestrutura e software para prestar serviços públicos básicos e essenciais e serviços privados em situações como os confinamentos e restrições às deslocações.

Anexo 3.1 Modelo STS: Secção 3. Medidas de Transição Suave Priorizadas e Modalidades de Transição Suave

Tabela de Medidas de Transição Suave Priorizadas e Modalidades de Implementação

Impacto	Medida de Transição Suave	Modalidade de Implementação	Ações Específicas	Agência Responsável	Agências de Apoio & Parceiros	Calendário
1. Comércio	1.1 Ratificar Parceria comercial X	Como parte de estratégia para o comércio externo no plano nacional, orçamento e quadro M&E 2018-2022	Refletir nos Planos Empresariais e Orçamentos Trienais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Externo, Ministério do Comércio e Ministério das Pescas, Silvicultura e Agricultura.	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Externo	Ministério do Comércio, Ministério das Pescas, Silvicultura e Agricultura. Desenvolvimento Parceria Y	2020-2022
2.						
3.						
4.						

Anexo 3.2. Modelo STS: Secção 3. Medidas de Transição Suave Priorizadas e Modalidades de Transição Suave

STS de Vanuatu — Tabela de medidas específicas para assegurar a transição suave

QUESTÃO	AÇÕES	MINISTÉRIO RESPONSÁVEL	AGÊNCIAS DE APOIO	CALENDÁRIO
1. Comércio	1.1 Iniciar discussões formais com o Japão para solicitar período de transição de contingente pautal direito zero para a carne de vaca. 1.2 Negociar e estabelecer acordo de comércio bilateral e de investimento com o Japão para manter o acesso ao mercado.	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Externo.	Ministério do Comércio, Turismo, e <i>Ni-Vanuatu Business</i> . Ministério da Agricultura, Quarentena, Silvicultura e Pescas, grupo de trabalho de negociações Comerciais	2020-2021
	1.3 Iniciar pedido formal junto da União Europeia para estabelecer uma prorrogação de 3 anos da EBA3 antes de passar ao Sistema de Preferências Generalizadas (GSP).	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Externo.	Departamento do Comércio e Indústria, Grupos de trabalho de negociação comercial	2020
	1.4 Ratificar acordo comercial com Nova Caledónia.	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Externo.	Grupo de Trabalho de Negociação Comercial ⁴ .	2020
	1.5 Ratificar PACER Plus.	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Externo.	Grupo de Trabalho de Negociação Comercial	2020

³ Tudo Menos Armas

⁴ Grupo de Trabalho inclui representantes do MFEM, MAQFF, VCCI, departamento da indústria

	<p>1.6 Iniciar discussões formais com a China para solicitar período de transição de contingente pautal direito zero para noni e kava-kava.</p> <p>1.7 Explorar o potencial de estabelecer um acordo bilateral de comércio e investimento com a China para manter o acesso ao mercado.</p>	<p>Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Externo.</p>	<p>Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Externo.</p> <p>Ministério da Agricultura, Quarentena, Silvicultura e Pescas, Grupos de trabalho de negociação comercial</p>	<p>2020-2021</p>
	<p>1.8 Implementar as prioridades do Quadro de Política Comercial</p>	<p>Ministério do Comércio, Turismo, Comércio e <i>Ni-Vanuatu Business</i>.</p>	<p>Ministério do Comércio, Turismo, Comércio e <i>Ni-Vanuatu Business</i>, grupos de trabalho de negociação comercial</p>	<p>2020-2021</p>
	<p>1.9 Implementar recomendações relevantes identificadas no relatório revisão da OMC em 2018.</p> <p>1.10 Confirmar obrigações críticas pós-graduação e iniciar discussões formais em grupo nos órgãos relevantes da OMC, incluindo em conjunto com o grupo PMD, para negociar períodos de transição e derrogações específicas dessas obrigações.</p> <p>1.11. Implementação do acordo de facilitação do comércio da OMC.</p>	<p>Ministério do Comércio, Turismo, Comércio e <i>Ni-Vanuatu Business</i>.</p> <p>Departamento de Alfândegas e Imposição Interna</p>	<p>Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Externo.</p> <p>Grupos de trabalho de negociação comercial</p> <p>Comissão de facilitação comercial.</p>	<p>2020 - em curso</p>

	1.12 Implementação da política de mobilidade laboral	Departamento do Trabalho	Departamento de Imigração, Departamento do comércio externo, MALFFB, MTCCNB,	2020
--	--	--------------------------	--	------

			Banco de Reserva de Vanuatu (RBV)	
	1.13 Negociar período de transição de 5 anos do Quadro Reforçado Integrado (EIF) para PMD.	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Externo	Ministério do Comércio, Turismo, Comércio e <i>Ni-Vanuatu Business</i>	2020-2021
2. Desenvolvimento do setor privado e capacidade produtiva comercial	2.1 Levar a cabo reformas regulamentares para melhorar ambiente de negócios. (ref. ao Quadro de Política Comercial)	Ministério do Comércio, Turismo, Comércio e <i>Ni-Vanuatu Business</i>	Ministério das Finanças e Gestão Económica, Autoridade do Investimento de Vanuatu (VIPA), Ministério da Agricultura, Quarentena, Silvicultura e Pescas, MIPU	2020 - em curso
	2.2 Abordar capacidade produtiva relativamente a constrangimentos primários do lado da produção e oferta para desbloquear o comércio. (ref. a Política Global do Setor Produtivo (OPSP))			
	2.3 Reduzir custos de exploração comercial, incluindo custos de serviços públicos. (Ref. ao Quadro de Política Comercial (TPF)).	Ministério do Comércio, Turismo, Comércio e <i>Ni-Vanuatu Business</i>	Ministério das Finanças e Gestão Económica Autoridade Reguladora dos Serviços Públicos, Banco de Reserva de Vanuatu (RBV)	2020
	2.4 Melhorar e fortalecer adição de valor dos bens e serviços incluindo turismo, cacau, café, kava-kava, noni e óleo de coco (ref. a TPF & OPSP)	Ministério do Comércio, Turismo, Comércio e <i>Ni-Vanuatu Business</i>	Departamento das Indústrias, VCCI, MAQFFB,	2021

3. Estabilidade macroeconómica e finanças	3.1 Avaliar todos os fundos relacionados com o clima para determinar como podem ser melhor integradas nos objetivos alargados de desenvolvimento e nos sistemas de gestão das finanças públicas.	MFEM & RBV	MCC	2020 - em curso
--	--	------------	-----	--------------------

	3.2 Desenvolver uma estratégia de mobilização de recursos externos.	Ministério do Primeiro Ministro	Ministério dos Negócios Negócio e Externo Comércio (MOFAICET) Departamento de Finanças, DSPPAC	2020
4. Fortalecimento de sistemas nacionais incluindo planeamento, orçamentação, e monitorização	4.1 Melhorar ligações entre os planos empresariais dos ministérios e planos de negócios departamentais, com orçamento para financiar prioridades identificadas nos NSDP e Estratégia PMD. 4.2 Fortaleceu-se e melhorou-se a monitorização e avaliação regulares da NSDP e Estratégia PMD para assegurar apoio político e dos parceiros para a melhoria da implementação.	Ministério do Primeiro Ministro MFEM	Todo o Governo Ministros e Departamentos	2020 – em curso
5. Coordenação da assistência	5.1 Implementar plenamente a Política de Gestão da Assistência para permitir coordenação eficaz de fundos dos doadores ligados à graduação da categoria PMD e prioridades e ações NSDP.	Ministério do Primeiro Ministro	Departamento de Política Estratégica e Assistência aos PMD Coordenação	2020 – em curso
6. Sistemas estatísticos e dados	6.1 Implementar plenamente a Estratégia Nacional de Vanuatu para o Desenvolvimento de Estatística.	Ministério das Finanças e Gestão Económica	RBV, VIPA, VFSC, VNPF, Linha Departamentos.	2020 - em curso
7. Estratégia de Comunicação	1.1 Desenvolver uma estratégia nacional de comunicação	Ministério do Primeiro Ministro		2020 - em curso

	<p>(Conduzir campanha nacional de Comunicação (desenvolver um Tema ou mensagem, realizar uma celebração, compor vídeo e áudio breve para a comunicação social no momento de graduação, realizar fórum público, e fazer circular perguntas frequentes, cobertura pela comunicação social).</p>		<p>Ministérios e Departamentos Relevantes.</p>	
--	---	--	--	--



United Nations

Department of
Economic and
Social Affairs